

¹⁸¹ Cortes afetam sistema penitenciário

"A reestruturação do sistema penitenciário brasileiro terá de ser tocada com recursos externos", afirmou ontem o secretário-geral do Ministério da Justiça, José Fernando Eichenberg, depois de definir com os técnicos da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), neste final de semana, as propostas específicas do Orçamento à pasta em 1989.

Essa será uma das áreas mais penalizadas pelos cortes previstos na proposta orçamentária ao Ministério da Justiça, reconheceu ontem Eichenberg, citando que "o Departamento Penitenciário Nacional passará a ser simplesmente um órgão normativo". Qualquer

tipo de planejamento ou reforma será responsabilizada dos Estados a partir de 1989.

No Orçamento de 1987 foram destinados recursos da ordem de Cz\$ 4,3 bilhões para reestruturação do sistema penitenciário nacional. Este ano, o Ministério da Justiça tentou quadruplicar a verba, para dar continuidade ao programa. Solicitaram-se Cz\$ 17,2 bilhões, "mas o pedido já foi desativado", explica Eichenberg. Mesmo porque até os Cz\$ 5,2 bilhões que estavam previstos para o Ministério destinar ao programa em 1989, foram cortados.

O novo Orçamento também afetará o programa

"Vamos Viver sem Violência", cujos recursos estavam sendo enviados aos Estados para reequipamento das Polícias Estaduais. De acordo com Eichenberg, a responsabilidade será agora de cada governo, pois o saldo de Cz\$ 2,9 bilhões que o Ministério ainda tem no caixa do programa irá para o Departamento de Polícia Federal.

O remanejamento de recursos para atender às prioridades do Ministério desativará ainda dois programas responsáveis pelo aumento da segurança de trânsito: o Registro Nacional de Veículos Automotores e o Registro Nacional de Carteiras de Habilita-

ção, que permite o controle de roubos e furtos.

Assim como o ministro da Habitação, Prisco Viana, o ministro Paulo Brosard deverá se encontrar hoje com o presidente José Sarney para tentar uma negociação política na redução de alguns cortes. Brosard quer, por exemplo, uma alternativa para evitar a extinção da Fundação Petrônio Portela, cujo pedido de verba de Cz\$ 63 milhões foi reduzido para Cz\$ 35,4 milhões. Desse total, Cz\$ 20 milhões já estão garantidos ao trabalho de acompanhamento legislativo no período pós-constituente — com a legislação ordinária.